

43 Encontro Anual da Anpocs

ST04 - Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura

Notícias falsas, memes e eleições no sertão brasileiro: há deliberação pelo Whatsapp?

Maria Carolina Lopes de Oliveira (Ipol-UnB/ Resocie)

Raphael Garcia Veleza (ICS-UnB)

Introdução

Este estudo realiza uma análise das mensagens trocadas durante as Eleições de 2018 em um grupo formado no WhatsApp composto por cidadãos do município de Tauá, uma cidade do interior do Ceará, no Nordeste brasileiro. O grupo, chamado de "Política 24 Horas", é composto por 256 participantes¹ que vivem em Tauá e em outros municípios da região do Sertão dos Inhamuns.

Trata-se de uma agrupação heterogênea do ponto de vista das preferências eleitorais. Nela, participam cidadãos simpatizantes dos dois grupos que dominam a política na região. Assim, "oposição" e "situação" da prefeitura da cidade debatem no mesmo espaço virtual, além de cidadãos sem preferências políticas declaradas. Também há a presença de políticos. Entre eles, um deputado federal, dois deputados estaduais e um ex-vice-governador do estado do Ceará². As discussões do grupo versam em torno de política municipal, estadual e nacional.

A ainda escassa literatura sobre os impactos de grupos de WhatsApp em contextos eleitorais em geral foca na difusão de mensagens em agrupamentos criados e alimentados por simpatizantes do mesmo candidato. Por exemplo, os grupos de apoio a Jair Bolsonaro (Chagas, Modesto, Magalhães, 2019). No entanto, as preferências políticas nos grupos, em geral, podem ser muitas vezes heterogêneas. É o caso dos que reúnem uma família, moradores de um condomínio ou bairro. É este o caso do Grupo "Política 24 horas", uma agrupação criada especificamente para o debate entre interessados na política.

Pese a visão geral de que o Whatsapp teve impacto importante no processo eleitoral (Moura, Corbellini, 2019; Chagas, Modesto, Magalhães, 2019), ainda sabemos pouco sobre as características e conteúdos dessas conversas. Neste contexto, o caso do grupo cearense representa uma boa oportunidade de testar as teorias deliberativas na internet e, assim, observar o impacto das discussões virtuais nas eleições.

¹ Número máximo de participantes permitido pelo Whatsapp. Os moderadores mantêm uma lista de interessados em participar do grupo e inserem novos à medida que alguns abandonam o grupo. Nas entrevistas, identificamos que ser morador da região de Tauá é uma regra para entrar no grupo.

² Deputado federal Domingos Neto (PSD-CE); deputados estaduais Patrícia Aguiar (PSD) e Audic Mota (PSB); ex-vice-governador do Ceará Domingos Filho (PSD).

A pergunta que guia esta pesquisa é: o Whatsapp pode ser usado como ambiente de deliberação *online*? Nosso objetivo geral é verificar se, no grupo virtual, ocorrem trocas de mensagens que condizem com os seguintes critérios de deliberação: discussão crítico-racional, reciprocidade, reflexividade, inclusão, igualdade e liberdade discursiva.

Esses princípios normativos clássicos da deliberação caracterizados por Habermas (1997) são nortes importantes, mas acabam sendo demasiadamente rígidos para o estudo das discussões virtuais. Entendemos que é necessário um esforço de adaptação da teoria deliberativa clássica para o ambiente *online*. Neste caminho, encontramos nos trabalhos de Graham (2008), Kies (2010), Dahlberg (2011) e Marques (2016) nortes para conseguir operacionalizar a análise empírica e chegar aos resultados.

Este artigo contribui para os debates sobre como adaptar os princípios da teoria deliberativa para conduzir estudos empíricos sobre novas plataformas digitais de redes sociais como o Whatsapp. Para avaliar a racionalidade, por exemplo, inserimos um nó que identifica se há a presença de notícias falsas, uma vez que consideramos que a expressão racional de argumentos deveria ser amparada a partir de informações factíveis. Também levamos em conta todos os elementos discursivos publicados pelos participantes, abrangendo, textos, áudios humorísticos, memes e vídeos.

Construímos um modelo de pesquisa que inclui análise de conteúdo, entrevistas com atores e pesquisa documental. Acreditamos que desenhos de pesquisa como este são importante para ampliar o escopo de investigações sobre deliberação, Internet e agora mais recentemente, o Whatsapp.

Dimensões da deliberação: dos fóruns presenciais ao WhatsApp

Na concepção de Habermas, “o âmago de uma política deliberativa consiste numa rede de discursos e negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas” (Habermas, 2011, p. 47). A questão neste sentido, está em como os cidadãos podem fundamentar racionalmente as regras do jogo democrático além do voto -considerado um instrumento importante, mas insuficiente para legitimar a democracia.

Dois conceitos presentes na teoria deliberativa são fundamentais para se construir uma análise empírica a partir da teoria: sociedade civil e esfera pública. “Sociedade civil” “compõe-se de movimentos, organizações e associações livres os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera política (Habermas, 2011, p. 99). O seu núcleo é formado por associações, organizações livres, não-estatais e não-econômicas as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública.

“Esfera pública” pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensar em opiniões públicas” (Habermas, 2011, p. 93). Habermas deixa claro que o diálogo estabelecido na esfera pública não ocorre em um contexto apenas da difusão de conteúdos e simples tomadas de posição. No cerne da consolidação de uma esfera pública, estão as regras de práticas comunicacionais que devem ser seguidas em comum e que possuem um importante significado para a estruturação de uma opinião pública (Habermas, 2011): são o que chamamos aqui de critérios deliberativos.

Kies (2010) aponta que um debate político online também deve seguir determinadas regras discursivas. Há, assim, normas deliberativas que determinam como essas regras devem ser aplicadas aos diferentes níveis da sociedade durante o processo de tomada de decisão (p. 39). Fazer a ligação entre a teoria deliberativa e a análise de fóruns online requer a interpretação e operacionalização dessas “regras discursivas” a partir de critérios deliberativos.

Schneider (1997) lista quatro dimensões que incorporariam o espírito da esfera pública idealizada: igualdade, diversidade, reciprocidade e qualidade. Graham (2008), distingue esses critérios entre processos de entendimento (que incluem elementos do discurso racional), empatia, sinceridade, igualdade e liberdade.

Kies (2010), divide os critérios deliberativos em oito elementos: inclusão, igualdade discursiva, reciprocidade, justificação, reflexividade, empatia, sinceridade, pluralidade e impactos externos (p. 42). Marques (2011) aponta que pesquisadores interessados em investigar o processo deliberativo online podem

organizar seus desenhos metodológicos a partir de duas faces: a afetiva e sociável e a marcada pela discussão focalizada e motivada pela busca do entendimento e da negociação (p.26).

Na tentativa de operacionalizar esses critérios deliberativos, fizemos uma revisão mais atenta das dimensões apontadas por Kies e Marques (neste caso, com foco na face marcada pela discussão política e deliberativa, que são: discussão crítica e racional, reciprocidade, reflexividade, igualdade discursiva e liberdade discursiva). Por fim, decidimos operacionalizar os seguintes critérios deliberativos, a partir dos conceitos apresentados por Kies (2010), Graham (2008), Stromer-Galley (2005), Dahlberg (2004) e também sistematizados por Marques (2011):

Discussão crítico-racional: corresponde à expressão racional de argumentos potencialmente aceitáveis e passíveis de serem desafiados e justificados reciprocamente. Kies afirma que o processo de justificação pressupõe que opiniões e proposições devem ser acompanhadas por justificativas fundamentadas, acessíveis e morais. Graham (2008) destaca que o entendimento mútuo a partir de uma discussão é fundamental para que haja racionalidade. Stromer-Galley (2005) aponta que quando a afirmação promove evidências que podem ser observadas, confirmadas ou negadas empiricamente, trata-se de um argumento racional.

Para Kies (2010, p. 47), um método básico para avaliar processos de justificação é a contagem do número de palavras em cada mensagem, considerando que quanto menor o número de palavras, menos argumento há nas mensagens. Outro método envolve ler as mensagens e codificá-las observando se há a presença de argumentos. Esta contagem pode ser realizada em todas as mensagens ou, como propõe Hangemann (2002), apenas nos posts que contém opiniões e sugestões (Kies, 2010, p. 47). Steenbergen propõe quatro graus de argumentação. No grau 1 classifica-se, na mensagem, se há razão uma em uma opinião formulada. No grau quatro, verifica-se processos em que três razões são comunicadas. Outro caminho é realizar uma análise de conteúdo apenas nas mensagens que contém opiniões e sugestões, descartando as que não apresentam justificativas (Kies, 2010).

A partir da revisão também de Graham (2008) e Kies (2010), Marques (2011), propõe uma análise de conteúdo de um fórum de discussão localizando o período de coleta em que as mensagens foram capturadas e observando se as afirmações e respostas dos participantes apresentam justificativas. Ela sugere que a verificação deve observar se há turnos de fala entre afirmações e respostas (30). A autora também aponta:

É preciso definir também que tipo de evidências fundamentam as razões apresentadas: fato concreto, comparação, exemplo (real, ficcional ou hipotético), experiência pessoal ou histórias de outras fontes que podem ser verificadas (jornais, sites, artigos, citações, livros ou experts) (Marques, 2011, p. 30-31).

A identificação dos exemplos e fontes que amparam a discussão racional é importante para o nosso estudo porque entendemos que a verificação da veracidade das notícias é um fator fundamental nos processos comunicativos online atuais. Levamos em conta que um processo de discussão gerado a partir de uma notícia falsa leva a consequências negativas para o processo de discussão pública maculando a qualidade do debate e o processo deliberativo.

Stromer-Galley (2005) também aponta para a importância de analisar o debate crítico-racional a partir de narrativas e opiniões pessoais que servem de justificativas no debate. Kies aponta que, particularmente em espaços públicos fracos e informais, a presença de argumentos que incluem contação de histórias e testemunhos pode enriquecer os debates e permitir que os cidadãos se expressem livremente. É preciso levar em conta, também, a importância dos valores morais que são levados em conta para justificar uma opinião ou proposição.

Por fim, Marques destaca que o desacordo é um outra forma de identificação, “a partir de identificação de refutações e opiniões contrárias, as quais também sugerem a presença de uma reflexão crítica” (Marques, 2011, p. 31). Ela também afirma que a coerência pode ser avaliada ordenando fios de discussão a partir das mensagens postadas.

Reciprocidade: a reciprocidade se ampara na ideia de que os participantes devem ouvir uns aos outros e reagir a comentários formulados por outros membros. “Refere-se à noção de que as pessoas conversam umas com as outras

e que suas mensagens são refletidas e discutidas” (Schneider, 1997, p. 74 *apud* Kies, 2010, p.49). Segundo o autor, a reciprocidade é uma condição básica para a deliberação porque se os cidadãos não se ouvem e não interagem entre si, “não pode haver deliberação, apenas monólogo” (Kies, 2010, p. 45).

Igualdade e liberdade discursiva: o critério de igualdade discursiva sugere que todo participante deve ter igual oportunidade de participação no debate. “Ninguém deve dominar a conversação ou silenciar os outros” (Marques, 2011, p. 33). Uma preocupação levantada é se há silenciamento de alguns membros e dominação do discursivo de uns em detrimento dos outros (Dahlberg, 2004, p. 30). A liberdade discursiva diz respeito à independência que os membros do fórum têm para expressar suas razões sem que as mensagens sejam apagadas ou restringidas. A tentativa de silenciamento por meio de ironia, deboche ou ameaça também pode ser avaliada.

Reflexividade: uma das características do processo deliberativo é que os cidadãos devem estar dispostos a mudar suas opiniões e preferências. Dahlberg esclarece que, em uma condição de reflexividade, os participantes examinam criticamente suas posições, interesses, bem como o contexto social mais amplo” (2004, p. 29).

Inclusão: do ponto de vista ideal, “o critério deliberativo de inclusão significa que uma decisão democrática é justa somente se todos os afetados por ela forem incluídos no processo de discussão e tomada de decisão” (Kies, 2010, p. 42). Sob a ótica operacional, é preciso garantir que o maior número possível de afetados, faça parte do fórum de debate. Isso permite uma forma mais plural de expressão de interesses, opiniões e perspectivas que podem ser relevantes para os problemas e questões.

Operacionalização dos dados: um desafio chamado "WhatsApp"

Optamos por um desenho de pesquisa que mescla análise de conteúdo, entrevista com atores-chave e pesquisa documental. Com o consentimento dos administradores, fomos autorizados a participar do grupo no período da campanha eleitoral (5 de julho de 2018 a 28 de outubro de 2018). Em seguida, colhemos as mensagens de todo este período usando a própria ferramenta de

download disponibilizada pelo WhatsApp³. Nesta base de dados, colhemos um total de 46.144 mensagens, incluindo textos, imagens de fotos, imagens de artes e memes, vídeos, emojis e áudio. Consideramos cada uma dessas mensagens como uma unidade de análise, independente de serem respostas.

Depois da coleta, fizemos a mineração desses dados gerais para identificar os emojis e assuntos mais comentados no período. Para identificar e minerar as 150.990 palavras e 795.983 caracteres presentes na amostra, utilizamos a aplicação Word Cloud Generator desenvolvida para o pacote de ferramentas do Google Docs e Smartsheet. A primeira parte dos resultados é decorrente dessa análise.

Em seguida, fizemos uma separação das mensagens, classificando-as por datas que consideramos-chave nesse período eleitoral. Por fim, decidimos realizar a análise de conteúdo de todas as mensagens trocadas em 7 de outubro de 2018, dia do primeiro turno das eleições (Foram 1.052 mensagens no total). No cenário nacional, foi neste dia que os eleitores escolheram os dois candidatos que concorreram à presidência do Brasil no segundo turno das eleições. No Ceará, estado em que fica a cidade do grupo estudado, também foi o dia de eleger o governador no primeiro turno. Todas as mensagens trocadas no dia 7 de outubro de 2018 foram lidas/ ouvidas/ assistidas e categorizadas de acordo com os nós definidos na pesquisa⁴ disponível na tabela:

Tabela 1.0 - Operacionalização dos critérios deliberativos

Critério Deliberativo	Operacionalização	Como operacionalizamos
<p>Discussão crítico-racional</p> <p>Corresponde à expressão racional de argumentos</p>	<p>Contagem do número de palavras em cada mensagem .</p> <p>Ler as mensagens e codificá-las, observando se há a presença de argumentos (Kies, 2010, p. 47; Hangemann, 2002).</p>	<p>Análise de conteúdo. Lemos as mensagens e identificamos s, nas mensagens, há a presença de argumentos e justificativas. Entre as mensagens que há presença de justifica, avaliamos elementos que fundamentam as razões.</p> <p>Nó 1</p>

³ A coleta foi realizada na própria ferramenta do WhatsApp que transforma as mensagens em planilhas e realiza downloads das fotos, vídeos, áudios e documentos.

⁴ No momento de categorização dos dados, acabamos abandonando os dados baixados em planilha e optamos por fazer a análise da própria ferramenta do WhatsApp, uma vez que a codificação de emojis e a não vinculação às imagens na planilha atrapalha a compreensão da conversa no WhatsApp.

<p>potencialmente aceitáveis e passíveis de serem desafiados e justificados reciprocamente .</p>	<p>Definir graus de justificação a partir dos argumentos (Steenbergen)</p> <p>Identificar as evidências que fundamentam as razões (fontes verificáveis, como jornais, sites, artigos, citações, livros, experts) (Marques, 2011, p. 30-31).</p> <p>Observar narrativas e opiniões pessoais que servem de justificativas no debate (Stromer-Galley, 2005).</p> <p>Observar elementos de desacordo a partir da identificação de refutações e opiniões contrárias, as quais também sugerem a presença de uma reflexão crítica (Marques, 2011, p. 31).</p> <p>Observar a coerência ordenando fios de discussão a partir das mensagens postadas.</p>	<p>O (a) participante apresenta argumentos com justificativas? Sim/ Não/ Não se aplica.</p> <p>Nó 2 Entre as mensagens que apresentam argumentos e justificativas, quais elementos fundamentam as razões? Valores morais (VM)</p> <p>Experiências pessoais (contação de histórias e testemunhos (EP)</p> <p>Comparação (CM)</p> <p>Fatos concretos baseado em fontes verificáveis (FV)</p> <p><i>Subnó 1</i> Fonte da justificativa: Propaganda política Jornais Impressos Televisão/ Vídeos Sites Artigos Citações Livros Experts Pessoas da comunidade Notícia Falsa</p> <p><i>Subnó 2</i> As informações são falsas?</p> <p><i>Subnó 3</i> Se a informação não é verificável, os participantes reagem à elas com argumentos factíveis? Sim/ Não</p> <p>Nó 3 A mensagem evidencia discordância/ conflito de opiniões</p>
<p>Reciprocidade</p> <p>Refere-se à noção de que as pessoas conversam umas com as outras e que as mensagens são refletidas e discutidas.</p>	<p>Análise de conteúdo que identifica o número de mensagens que constitui uma resposta em relação ao número de mensagens totais de uma conversa (Kies, 2010).</p> <p>Observar se os participantes dão indícios de que levam em conta a opinião do participante para formular suas respostas (Marques, 2011).</p>	<p>Análise de conteúdo</p> <p>Nó 4 A mensagem é resposta de outro comentário? Sim/Não</p> <p>Nó 5 O participante leva em conta a opinião de outro participante para formular as respostas?</p>

<p>Reflexividade os participantes devem estar dispostos a mudar suas opiniões e preferências.</p>	<p>Análise de conteúdo Dahlberg (2004)</p> <p>Entrevistas (Graham)</p> <p>Análise de conteúdo e entrevistas (Kies, 2010)</p>	<p>Nó 6 Se a mensagem é uma resposta, evidencia mudança de opinião Sim/ Não/ Não se aplica</p> <p>Entrevista Participantes consideram que revisam suas posições à luz de novas mensagens?</p>
<p>Inclusão Os afetados pela decisão devem estar incluídos no debate.</p>	<p>Verificar acesso à conexão com Internet</p> <p>Verificar acesso e usabilidade do aparelho e plataforma digital.</p> <p>Verificar número de acesso pela plataforma e regras de moderação que permitem/ restringe à participação no fórum.</p>	<p>Verificamos acesso à Internet no Ceará/ Tauá</p> <p>Verificamos acesso à Internet por computadores/ por aparelhos de celular no Ceará/ Tauá.</p> <p>Verificamos se há espera para acessar ao grupo.</p> <p>Verificamos como os moderadores lidam com a inserção de novos membros no grupo.</p>
<p>Igualdade e liberdade discursiva</p> <p>Todos participantes têm oportunidades de expressar suas afirmações e justificá-las.</p>	<p>Verificar se há equilíbrio entre a quantidade de mensagens de cada participante (Marques, 2011 p. 35)</p> <p>Verificar a distribuição de vozes de acordo com diferentes grupos (Graham, 2002).</p> <p>Verificar a distribuição de vozes de acordo com a filiação institucional dos membros do grupo (Graham, 2002; Schneider, 1997 <i>apud</i> Kies, 2010, p. 43)</p> <p>Verificar o design da plataforma observando se há meios de moderação.</p> <p>Verificar se há regras de moderação da plataforma.</p>	<p>Identificamos a distribuição de membros do grupo por gênero;</p> <p>Identificamos quantas vezes cada membro do grupo participou do debate;</p> <p>Questionamos nas entrevistas estruturadas se os membros possuíam filiação institucional.</p> <p>Nó 7 A mensagem mostra hostilidade/ tentativa de silenciamento?</p> <p>Questionamos nas entrevistas se há regras de moderação do grupo e quais são delas.</p> <p>Elaboramos um checklist sobre as funcionalidades da plataforma em relação à moderação e comparamos com outras duas plataformas de redes sociais bastante utilizadas pelos brasileiros (Facebook e Instagram).</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

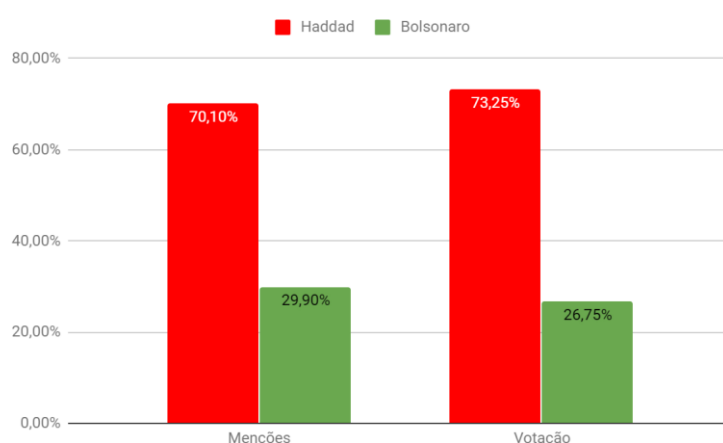
Afinal, há deliberação pelo Whatsapp?

Das 46.144 mensagens trocadas no grupo no período coletado, 33.902 (73,5%) são mensagens escritas e 11.275 (24,4%) são arquivos de mídia. Estes últimos incluem fotos, memes, áudios e vídeos. Além disso, 976 (2,1%) são links de outros sites da web (ver gráfico 1).

Na nuvem de palavras, identificamos a predominância dos nomes dos dois candidatos à presidência. O candidato vencedor, Jair Bolsonaro, teve menos menções neste grupo que o segundo colocado nas pesquisas, Fernando Haddad⁵. Os números dos candidatos (17 e 13, respectivamente) também foram muito comentados, além da palavra Tauá. Na cidade cearense, Fernando Haddad, teve 73,25% dos votos e Bolsonaro teve 26,75%, distribuição similar às das menções aos nomes na base de dados (gráfico 2).

Esses dados confirmam a diversidade ideológica do grupo, apesar da clara preferência pelo voto no PT em nível nacional. No nível do Estado, os três principais candidatos da cidade de Tauá ao Legislativo⁶ também aparecem na nuvem das palavras mais comentadas.

Gráfico 2 - Menções aos nomes dos candidatos à Presidência no grupo e votação dos candidatos no segundo turno (%)



Fonte: elaborado pelos autores.

Discussão crítico-racional

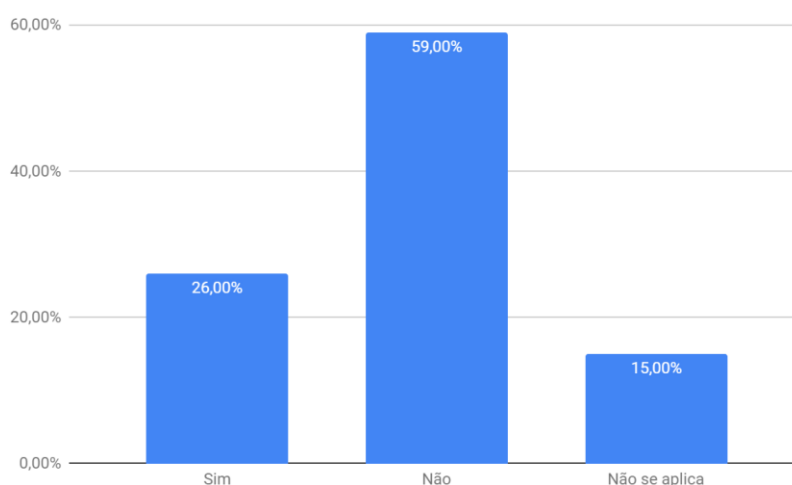
Para analisar o critério de discussão crítico-racional nas discussões do grupo, incluímos quatro nós para classificar das mensagens: se o/a participante apresenta argumentos com justificativas; entre as mensagens com justificativa,

⁵ Tanto na nuvem de palavras como no gráfico 2, levamos em conta os nomes dos candidatos somados aos nomes derivados deles e que foram usuais durante a campanha eleitoral. Bozo, Bolso, Boso, Bozonaro para Bolsonaro e Adalho, Adálio, Adad, Hadad, Radad para Haddad.

⁶ Domingos Neto, candidato a federal; Patrícia Aguiar a estadual; e Audic Mota, estadual.

quais elementos a fundamentam e se as informações são falsas. Catalogamos, então, todas as mensagens trocadas das 0h às 23h59 do dia 7 de outubro de 2018, primeiro turno das eleições.

Gráfico 3: Os participantes apresentam argumentos com justificativas ?



Fonte: elaborado pelos autores.

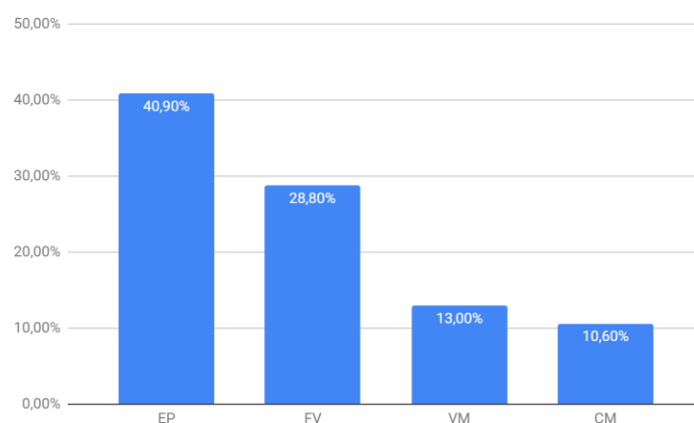
Identificamos que, em 26% das mensagens, o participante apresenta suas posições com justificativas. São casos em que a mensagem é bem fundamentada, apresentando razões. Mensagens em que os membros do grupo emitem opiniões, mas as posições não são justificadas claramente, são 59% delas. As mensagens que não se aplicam são aquelas que não têm relação com o tema político. Segue abaixo um exemplo de mensagem que apresenta justificativa de posicionamento:

Para poucos amigos, emito essas opiniões prévias. Mas quero que vc, em quem tanto confiou, seja testemunha do que penso. Quero aqui, em nome do que penso na política e na vida, registrar previamente minhas previsões e análises: 1. Bolsonaro deve ser eleito no primeiro ou segundo turno. Se não for, ótimo para a democracia brasileira. Mas, se for... 2. A culpa não pode deixar de ser creditada ao PT, que gerou e elegerá Bolsonaro. Os petistas jamais entenderão a frase "gerou bolsonaro". Eles não conseguem entender, por absoluta falta de autocrítica, que isso se deve aos inúmeros erros do PT, muito mais do que à grande "articulação da mídia e da direita organizada". O fato é que faltou entendimento aos "gênios" petistas do significado da rejeição de metade da população brasileira. Dito isso não só para justificar as posições que eu terei aqui, mas sim para explicar o que tá

acontecendo no país. (PARTICIPANTE 557, 2018).

Em seguida, categorizamos quais elementos fundamentam as razões dos participantes entre as mensagens que apresentam posições com justificativas. Na revisão literária, encontramos quatro razões que utilizamos para a análise: Valores Morais (VM), Experiências Pessoais (EP), Comparação (CM), Fatos Concretos baseados em fontes verificáveis (FV).

Gráfico 4: Entre as mensagens que apresentam posições com justificativas, quais elementos fundamentam as razões?




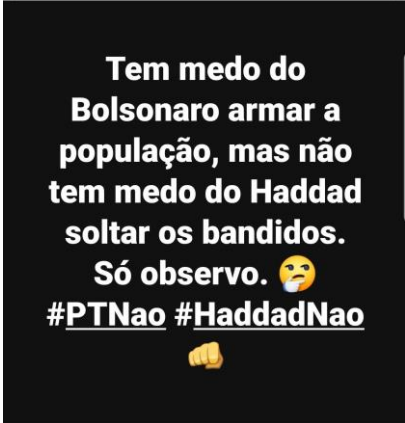
Fonte: elaborado pelos autores.

Como mostra o gráfico 4, 40,9% das mensagens com justificativas, são amparados por razões baseadas em experiências pessoais, 28,8% são baseadas em fatos verificáveis, 13% em valores morais e 10,6% em comparação. As justificativas baseadas em experiências pessoais dizem respeito principalmente a razões para o voto. As comparações apareceram principalmente em mensagens que comentavam atuações dos candidatos, mas também com ironia. Caso destas mensagens acompanhadas de artes⁸:

⁷ Para proteger a identidade dos participantes, eles foram numerados por ordem de participação. Seus nomes e demais informações foram ocultadas.

⁸ Há casos de dupla catalogação. A mensagem da esquerda, por exemplo, foi classificada como comparação e propaganda política.

Imagem 4: Mensagens com comparações

<p>Meu voto é no melhor deputado que Tauá teve e mostro pq (PARTICIPANTE 52, 2018).</p>  <p>The infographic features a vertical bar chart with a y-axis labeled 'MILHÕES' ranging from 0 to 80. The title 'TAUÁ' is at the top in large white letters on a teal background. Below the title, it says 'TODOS QUEREM SEU VOTO, MAS POUCOS REALMENTE MERECEM' and 'Recursos para o município de Tauá nos últimos 8 anos'. The chart shows a tall yellow bar for Domingos Neto at 73.000.000,00, and two very short bars for Denis Bezerra and Eduardo Bismarck, both at R\$ 0,00 (zero).</p>	<p>Tem nem comparação. voto sem a bandidagem... (PARTICIPANTE 201, 2018)</p>  <p>The message is on a black background with white text. It reads: 'Tem medo do Bolsonaro armar a população, mas não tem medo do Haddad soltar os bandidos. Só observo.' followed by the hashtags '#PTNao' and '#HaddadNao'. There is a thinking face emoji and a fist emoji at the bottom.</p>
--	---

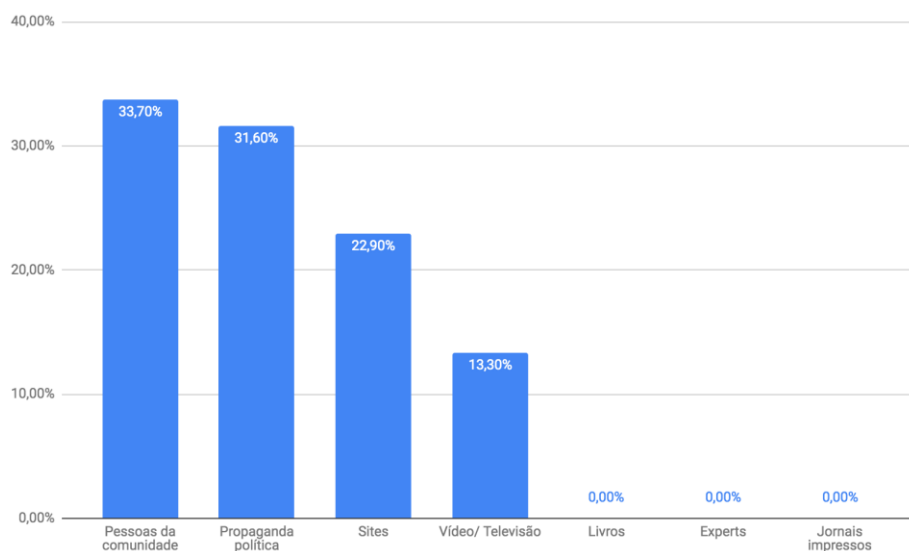
Fonte: coletado do grupo de Whatsapp

Como orienta Marques (2011), é possível identificar se essas mensagens são provenientes de jornais, sites, livros e experts. No decorrer da análise, no entanto, tivemos que inserir três outros nós: propaganda política, televisão/ vídeos e pessoas da comunidade.

O nó “pessoas da comunidade” diz respeito principalmente a mensagens em que o participante cita algum ator da comunidade como justificativa. Neste nó, entram, também propagandas políticas em que aparecem pessoas e políticos da comunidade.

As informações falsas são as que estavam amparadas por supostos fatos que, verificados, identificamos serem falsos. Houve casos de dupla catalogação, em que o post redirecionava para site com notícia falsa, para vídeo com notícia falsa ou que citavam pessoas da comunidade justificando o argumento, que após checagem, percebemos ser falso.

Gráfico 5: Fatos concretos baseados em fontes verificáveis



Fonte: elaborado pelos autores.




Como observamos no Gráfico 5, percebemos que na data analisada, não existiu a validação de justificativas através de jornais impressos, livros. No entanto, 22,9% dos participantes que proveram razões baseadas em fontes verificáveis, justificaram sua mensagem acompanhadas de links para sites. Vídeos e materiais televisivos foram usados em 13,3% dos casos. Percebemos, também, que a população não se valeu de experts para apresentar justificativas, mas valeu-se da opinião-fonte de pessoas da comunidade, incluindo materiais de propaganda. É o caso destas mensagens:

A indicação do candidato Eduardo BISMACK, para ser votado em Parambu foi através do Deputado Estadual Audic Mota, que até agora também não se pronunciou sobre o assunto que lhe causa prejuízos. Após comunicar que não mais apoiará Eduardo BISMACK, candidato a Deputado Federal, o Padre Marcio, buscou um outro nome que fosse compatível com o trabalho que ele e grupo vem realizando no Município de Parambu. O nome indicado é do candidato a Deputado federal BALMAN 1200. Padre Márcio, grande liderança de Parambu, apoia BALMAN 1200! Eu to com padre Márcio (PARTICIPANTE 25, 2018).

As mensagens com propaganda política representaram 31,6% do conteúdo coletado e são de candidatos da comunidade, regionais e nacionais. Em alguns casos, elas vinham acompanhadas também de elementos de comparação, com informações verificáveis ou incluindo pessoas da comunidade, caso em que

inserimos dupla classificação.

Imagem 5: Mensagens de propaganda política

<p>esse balma faz e explicaé por isso que voto nesse (PARTICIPANTE 67, 2019)</p> 	<p>bosonaro passando pra tirar a petralhada nao preciso explicar meu voto (PARTICIPANTE 41, 2019)</p> 
<p>Quando perguntarem pq votar eu mando é isso logo kkkk</p> 	<p>minha resposta é sempre com o cearense</p> 

Fonte: coletado do grupo de Whatsapp

Identificamos que 15% do material que circulou no grupo no dia da análise de conteúdo provém de informações falsas, independentemente de a mensagem conter ou não justificativa racional. Para chegar a esse resultado, realizamos pesquisa documental para identificar a procedência e a factibilidade das mensagens. Este é um nó importante para a análise porque representa justamente evidências de prejuízo na qualidade do debate. Consideramos informações falsas, também, os casos em que a imagem ou texto tinham

elementos que poderiam confundir o cidadão, como fotos trocadas e áudios com informações de números errados como nos exemplos abaixo:

Imagem 5: Imagens com elementos que confundem o eleitor



Fonte: Grupo de WhatAapp

Imagem 5 - Memes com mensagens falsas





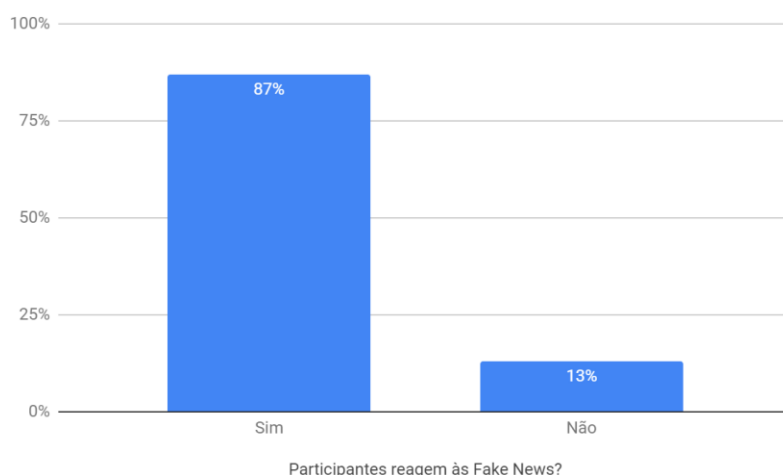
Fonte: Grupo de WhatsApp

Consideramos que justificativas e razões baseadas em notícias falsas são um indicativo forte de que a deliberação está prejudicada. Para compreender melhor este processo, cruzamos o nó que identifica se a mensagem é falsa com o nó que observa se há discussão crítico-racional. Neste caso, o índice de 15% (nas mensagens totais) baixou para 9%. Ou seja, em 9% dos casos, o debate com elementos crítico-racional foi amparado por mensagens falsas.

Uma das mensagens falsas compartilhadas foi um vídeo de suposta fraude nas urnas eletrônicas. De acordo com esse vídeo, ao apertar apenas o número “1” já apareceria o “13” de Fernando Haddad. Em resposta a este vídeo, eleitores alegavam que o PT estava fraudando eleições e que isso seria prova da desonestidade dos partidos, justificando o voto em Jair Bolsonaro.

Voltando a analisar o escopo total de mensagem no dia do primeiro turno, inserimos um nó para identificar se os participantes reagem às informações falsas. Em 87% dos casos, membros do grupo reagiram com argumentos, desmentindo o fato informado, usando ironia ou apenas denunciando que a mensagem é falsa. Em alguns casos, são utilizados links de sites para desmentir o boato.

Gráfico 6: Os participantes reagem às Notícias Falsas?



Fonte: elaborado pelos autores

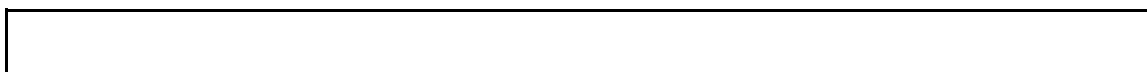
Exemplo:

Mais um *fakenews*. Os resultados das urnas, mesmo do exterior, só serão divulgados após as 20:00 hs de domingo. 🇧🇷 Brasileiros que moram no exterior já começam a votar para presidente - https://oglobo.globo.com/brasil/brasileiros-que-moram-no-exterior-ja-comecam-votar-para-presidente-23134591?utm_source=Whatsapp. (PARTICIPANTE 32, 160 2018).

O desespero é grande, o que tem de *FAKE* em relações a esse Bolsa de nãlio, povo besta do caralho viu (PARTICIPANTE 21, 2018).

Eita que é *fake* News de um lado e de Outro kkkkkkkkkkk (PARTICIPANTE 55, 2018).⁹

Imagem 6 - Imagem que desmente mensagem falsa



⁹ A despeito da mensagem da participante, não encontramos fake news em apoio à candidatura de Haddad no dia analisado. Ao voltar às conversas, verificamos que a participante se referia à fake news no âmbito local. Isso não significa que mensagens com esse teor da campanha do PT não circularam na eleição. Somente que não foi encontrada o material na data relacionada.



Fonte: Grupo de WhatsApp

Os entrevistados argumentaram que os membros do grupos se incomodam mais com as mensagens falsas a respeito dos candidatos relacionados à cidade e ao estado. Todos eles relataram situações em que desmentiram notícias falsas e que viram outros participantes fazendo o mesmo. Eles também consideraram que as notícias locais são mais fáceis de desmentir, devido à proximidade com os personagens envolvidos. Dois dos entrevistados destacaram a importância dada ao tema pelos membros do grupo e também pelas assessorias das campanhas:

Hoje em dia é bem mais fácil desmentir as notícias tanto as que têm a ver com o município quanto o governo. As pessoas no grupo ficam 24h atentas a isso. Os próprios candidatos têm assessores ali que estão sempre prontos pra desmentir. Nas notícias nacionais, a gente tem o google, né? Basta procurar que a gente acha a verdade. Fica até constrangedor o cara mentir ali (ENTREVISTA 1, 2019).

Infelizmente, as *fakenews* reinaram, mas as que têm a ver com deputados nossos, gente perto, ficava mais fácil desmentir (ENTREVISTA 2, 2019).

A entrevistada 3 (2019), única assessora de político entre os ouvidos, explicou que havia uma articulação durante a campanha para desmentir boatos envolvendo seus candidatos. "As *fake news* que mais nos aborreciam eram as mais fáceis de serem desmentidas. Já tínhamos todas as respostas e contra-ataque. Facilitava também porque nós sabíamos quem ali era contra nossos

candidatos. Muita gente tem lado e isso ajuda no trabalho de desconstrução das *fake news*" (ENTREVISTA 3, 2019).

2- Reciprocidade

Inserimos um nó para avaliar a quantidade de perguntas feitas no grupo. Apenas 3% das mensagens são perguntas. Independente disso, os participantes têm o hábito de responder comentários originados pelos colegas, apresentando novos argumentos ao diálogo. Como sugere Dahlberg, esse é um bom indicativo de deliberação, e acontece em 51% dos casos.

3- Reflexividade

Aqui, verificamos se, na mensagem classificada como resposta, houve evidência de que há mudança de opinião do entrevistado. Identificamos que isso ocorre em 6% dos casos. Nas entrevistas, procuramos identificar também se os participantes consideram que revisam suas posições à luz de novas mensagens ou repensam as posições diante das críticas. Uma vez que nem sempre eles expressam isso no grupo. Concluímos que eles consideram o grupo de WhatsApp um ambiente positivo para que isso ocorra. "Com debate, argumento, a gente consegue sim mostrar que certa condução da política na nossa cidade não está indo bem e outra está. O problema é quando a pessoa já tem uma opinião formada fora dali e não quer mudar de jeito nenhum" (ENTREVISTA 4, 2019).

4- Inclusão

Para avaliar os critérios de inclusão, levamos em conta, primeiro, de acesso à internet no Ceará. e acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (IBGE, 2017), 58,1% dos domicílios cearenses (1,67 milhão) tinham acesso à internet. O número coloca o Ceará em sexto lugar com maior acesso entre os nove Estados do Nordeste brasileiro. O acesso por meio de celular, plataforma onde funciona o aplicativo WhatsApp, cresceu 23,8% entre 2016 e 2017 no Estado, também segundo a PNAD Contínua, alcançando moradores de 57,1% dos domicílios cearenses. De acordo com os dados, 42,9% dessa população ainda não tem acesso à internet via celular, o que limita a participação dos cidadãos a qualquer tipo de fórum de discussão virtual.

Além disso, o WhatsApp possui um limite de 256 membros por grupo. Os moderadores mantêm uma lista de espera para quem deseja participar. Finalizada a eleição, essa lista tinha 67 pessoas. A curadoria do grupo é feita por membros da oposição e da situação (como referência, o grupo político do prefeito de Tauá). Eles mantêm a lista por ordem de pedido do cidadão para participar do grupo. O grupo também tem regras de moderação. Participantes que ofendem os outros com palavras de baixo calão, divulgam pornografias e excesso de propagandas e conteúdos diversos ao tema principal - a política - são banidos.

No que condiz a gênero, o grupo possui um número equilibrado entre participantes - 54,2% são homens e 45,8% são mulheres¹⁰. Homens, no entanto, participam mais vezes que mulheres. Do total de 1.052 mensagens lidas no dia do primeiro turno da eleição, 68% eram de homens.

5- Igualdade e liberdade discursiva

Para avaliar se há “Igualdade discursiva”, verificamos, primeiro, como ocorre a alternância de participação dos membros do grupo. O grupo possuía 256 membros. Desses, 138 (53,9%) publicaram no dia da análise (primeiro turno das eleições), produzindo um total de 1053 mensagens.

Gráfico 5: Participação dos membros do grupo, por número de mensagens publicadas no dia 23 de outubro de 2018



¹⁰ O sexo dos participantes foi identificado pelos nomes que eles dispuseram na plataforma ou se referiram entre si. No estudo, o sexo, nome e outras características foram ocultadas.

Fonte: elaborado pelos autores.

Não encontramos na literatura sobre deliberação uma referência que nos indique qual índice de participação é considerado ideal para se obter igualdade discursiva, mas consideramos que a participação média de mais da metade do grupo é um sinal de que a participação é ativa. O gráfico 2 mostra que 39% participaram entre 2 e 5 vezes no dia e 27% participaram uma vez. Duas pessoas comentaram entre 80 e 99 vezes.

Procuramos identificar nas entrevistas se consideravam que havia excesso de participação de alguns componentes, e se a ausência de outros prejudicava a qualidade do debate. Em geral, a percepção não é negativa, como argumenta este entrevistado: “Não considero que atrapalha porque mesmo quando uma pessoa não está comentando lá, ela está participando do grupo. Ela está vendo o que está se passando, tomando uma conclusão, comentando sobre o assunto em grupos privados e entre eles (ENTREVISTA 2, 20019)”.

Por outro lado, as entrevistas apontaram também a existência de uma “linha de frente” entre os participantes, que pode acabar intimidando outros integrantes do grupo. “Eu percebo que as pessoas do grupo até querem participar mais, mas ficam constrangidas e se sentem sem legitimidade para participar porque existe uma espécie de “linha de frente”, que são as pessoas que mais falam no grupo” (ENTREVISTA 1, 2019). A ausência de mediação, acaba formando grupos internos que dominam a pauta a ser debatida. “Os assuntos predominantes no Whatsapp passam a ser aqueles dirigidos por aquele pequeno grupinho, que são as pessoas que mais comentam” (ENTREVISTA 3, 2019).

Na análise de conteúdo, identificamos que 21% das mensagens mostra hostilidade entre os participantes e em 32% dos casos há tentativa de silenciamento.

Parte das mensagens com hostilidade e apresentam tentativa de silenciamento são, também, as que desmentem notícias falsas, como nos exemplos:

Mais um fakenews. Os resultados das urnas, mesmo do exterior, só serão divulgados após as 20:00 hs de domingo. Parem de postar isso. 🗨️ (PARTICIPANTE 12, 2018).

Tem uns eleitores do Bozo que posta cada besteira grande. (PARTICIPANTE 53, 2018).

Que aperta um 1 e já contabiliza é o voto pra o Haddad, SABEM NEM O QUE FALAM,vc acompanha cada relato,de algumas pessoas que parecem viver no mundo do além,ou seja,parece que não tem conhecimento do nada .kkklklkkk faço é rir (PARTICIPANTE 23, 2018).

Com relação às funcionalidades da plataforma, observamos na análise de conteúdo e entrevistas que o WhatsApp leva vantagem em relação à liberdade discursiva em comparação às outras redes porque não permite que administradores apaguem ou ocultem comentários dos participantes. O número de participantes restrito em 256 , no entanto, impede a participação de mais membros.

No caso do "Política 24 Horas", por exemplo, no período das eleições havia uma fila de pessoas da comunidade de Tauá e de outras regiões do Sertão dos Inhamuns que desejam fazer parte do grupo. Outra desvantagem das redes apontada nas entrevistas é a organização. O fato de os participantes poderem levantar diversos temas no grupo concomitantemente é um fator positivo para a liberdade do debate, no entanto, pode trazer prejuízos ao debate crítico-racional.

Conclusões

Concluimos que o Whatsapp pode ser usado como um ambiente para a deliberação *online*, mas há barreiras que podem afetar a qualidade do debate. Ficou claro que o fato de o grupo ser um ambiente heterogêneo do ponto de vista das preferências eleitorais permitiu que o debate ocorresse a partir de premissas importantes para a teoria deliberativa, como o fato de reagir à mensagens falsas, reflexividade, igualdade e liberdade discursiva.

O fato de 26% das mensagens apresentarem elementos de discussão crítico-racional mostra que o debate no grupo estudado ainda não se ampara prioritariamente em razões justificadas. Nesses casos, pesa-se, ainda, o fato de essas mensagens terem algum tipo de mensagem falseada mostra que, em parte, a justificação provida no grupo é amparada por elementos que prejudicam a qualidade do debate.

No entanto, quando verificamos a circulação de mensagens com conteúdo falso no total dos posts analisados, percebemos que esse tipo de conteúdo representa apenas 15% das mensagens. Além disso, em 87% dos casos, foram rebatidas pelos próprios participantes do grupo. Levamos em conta que não é possível generalizar a partir da experiência deste grupo específico, já que sua composição eclética pode produzir mais questionamentos que outros grupos mais homogêneos do ponto de vista ideológico. No entanto, a reação ao conteúdo falso é um indicador interessante de que os participantes estavam conscientes da necessidade de combater as mensagens falsas. Uma análise mais adiante a partir da base de dados e com surveys voltados para o grupo pode nos mostrar se essas respostas partiam de cidadãos membros de campanhas eleitorais ou, também, de cidadãos sem vínculo político.

Outra conclusão é a de que, neste caso, os cidadãos estão mais inclinados a justificar suas preferências a partir de experiências pessoais do que em fontes verificáveis. Essas fontes, no entanto, são majoritariamente pessoas da comunidade - que são citadas para embasar argumentos. As justificativas também se baseiam em materiais de campanhas eleitorais, sites e vídeos. O fato de não encontrarmos nenhuma justificativa amparada em livros e jornais impressos, mostra o declínio deste tipo de fonte de informação, ao menos no Whatsapp.

O alto índice de respostas de mensagens (51%) mostra que o grupo é ativo no que diz respeito à troca de diálogo, um indicador positivo para a deliberação. Quanto à reflexividade, identificamos que há casos de mudança de opinião a partir das conversas (6%). As entrevistas abertas mostraram que isso ocorre no grupo. No entanto, ainda precisamos ampliar a análise com mais entrevistas para ter uma conclusão mais precisa em relação a esse critério deliberativo.

A alternância da participação no grupo também nos mostra um ambiente propício para igualdade e liberdade discursiva. Os participantes se sentem empoderados para o diálogo. No entanto, identificamos algumas barreiras na busca por igualdade e liberdade discursiva. Nas entrevistas, identificamos que o fato de haver dois participantes que "dominam as conversas" indicou que alguns se sintam silenciados, o que prejudica o potencial deliberativo. Essa não é uma conclusão concordante. Outros entrevistados nos trouxeram uma relevante

reflexão a esse respeito: eles consideram que o simples fato de acompanhar as discussões também é uma forma de participar do grupo. Trata-se de um dilema semelhante às trocas de argumentos *offline*. Afinal, quem não participa, mas tira conclusões, também não está provendo razões para fora daquela arena? A continuidade do estudo pode nos dar respostas mais claras sobre essa questão.

Outro achado em relação à liberdade discursiva é o que mostra que em 32% dos casos há alguma tentativa de silenciamento. Aqui incluem-se as diálogos que desmentem notícias falsas. Ou seja, um critério deliberativo que, a princípio indicaria perda da qualidade do debate, em parte contribui para que elevar o nível da discussão crítico-racional já que pressupomos que a checagem dos fatos é provida pelos próprios membros do grupo.

Uma outra conclusão que nos surpreendeu é em relação à presença de políticos no grupo. A princípio acreditávamos que isso poderia limitar a participação. No entanto, as entrevistas nos mostraram que a população prefere o contato direto com os representantes ali, pelo Whatsap. Todos os entrevistados relataram que preferem deixar claro suas demandas e usam a ferramenta como mecanismo de pressão. Estudos futuros podem observar se esse tipo de grupo pode colaborar no ativismo *online* ou até mesmo nas relações de *accountability*.

Em relação às regras impostas no grupo e funcionalidade da plataforma, percebemos que o fato de o Whatsapp não ser uma ferramenta organizada em tópicos de discussão deixa o discurso confuso. Trocas de argumentos são constantemente interrompidos por imagens e memes, nem sempre com relação ao assunto tratado. No entanto, o fato de o grupo não ter regras rígidas de moderação facilita a interação e a liberdade dos membros.

Estudos futuros podem ir à fundo no conteúdo das discussões para observar mais detalhadamente a qualidade do debate e testar hipóteses em relação à deliberação. Um próximo passo é entrevistar mais participantes do grupo em um formato que busca identificar melhor suas preferências, características e reações diante do debate político.

Bibliografia

ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. Comunicação nos movimentos insurgentes: Conversações políticas on-line durante a ocupação de

escolas em São Paulo. Revista Esferas, ano 6, n. 10, janeiro a junho de 2017, pp. 81-94.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michele; MAGALHÃES, Dandara. Dossiê Democracia Digital. Esferas, Brasília n 14. 2019. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/issue/view/568/showToc?fbclid=IwAR0m3WDR0ICIA5DadxsIDYrbOFq-vB1ibtoaLZfiWaP3Gf9EupeRmCmSGw>.

COHEN, J. 1998. "Reflections on Habermas on Democracy". *Paper* apresentado no European University Institute, (mimeo)

DAHLBERG, Lincoln. 2001. "The internet and democratic discourse: exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere". *Information, Communication & Society*, v. 4, n. 4, p. 615-633. _____. 2004. "Net-public sphere research: beyond the first phase". *Javnost- -The Public*, v. 11, n. 1, p. 27-44.

DAHLGREN, Peter. 2005. "The internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation". *Political Communication*, n. 22, pp. 147-162.

DOURY, Marianne & MARCOCCIA, Michel. 2007. "Forum Internet et courrier des lecteurs: l'expression publique des opinions". *Hermès*, v. 47, p. 41-50.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, São Paulo, n. 50, p. 47-68, 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 17 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452000000200004>.

GRAHAM, Todd. 2008. "Needles in a haystack: a new approach for identifying and assessing political talk in non-political discussion forums". *Javnost-The Public*, v. 15, n. 2, pp. 17-36.

HABERMAS, Jürgen. 1997. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

KIES, Raphaël. 2010. *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 6, p. 19-40, Dec. 2011.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Dimensões do processo comunicativo na deliberação online: trocas argumentativas, criação de cenas dissensuais e construção do sujeito político. In: Ricardo Fabrino Mendonça; Marcus Abílio Pereira; Fernando Filgueiras (orgs).. (Org.). *Democracia Digital: publicidade,*

instituições e confronto político. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, v. 1, pp. 237-262.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. A Eleição disruptiva. Rio de Janeiro: Record, 2019.

RINKE, Eike Mark, WESSLER, Hartmut, LOB, Charlotte & WEINMANN, Carina (2013). Deliberative Qualities of Generic News Frames: Assessing the Democratic Value of Strategic Game and Contestation Framing in Election Campaign Coverage, *Political Communication*, 30:3, pp. 474-494.

SILVA, Sivaldo Pereira. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Revista Opinião Pública* vol.11 no.2 Campinas Oct. 2005.

SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

STABILE, Max. Democracia Eletrônica para quem? Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o portal da Câmara dos Deputados. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2012.

STROMER-GALLEY, Jennifer. 2005. "Decoding deliberation online". Trabalho apresentado na Second Conference on Online Deliberation. Palo Alto, California, 20 a 22 de maio.

WONG, W.; WELCH, E. Does e-government promote accountability? A comparative analysis of website openness and government accountability. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, vol. 17, n° 2, p. 275-297, 2004.

WRIGHT, S.; STREET, J. *Democracy, deliberation and design: the case of online discussion forums*. *New Media & Society*, vol. 9, n° 5, p. 849-869, 2007.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Nova York: Oxford University Press, 2000.